



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

*[Handwritten signature]* 1

**56/2017**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE UM VEÍCULO TÁTICO  
DE TRANSPORTE PESSOAL (VTP) PARA O QUARTEL DE  
BOMBEIROS MUNICIPAIS DE LOULÉ, PELO VALOR  
GLOBAL DE 46.738,55€, SEM IVA INCLUÍDO**

Aos dois dias do mês de março do ano de 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa colectiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **HUGO MIGUEL GUERREIRO NUNES**, na qualidade de seu Vice-Presidente, com poderes para o acto, nos termos legais e a firma **VIANAS, S.A**, com sede na Avenida Associação Comercial e Industrial de Gondomar, 300-310, em Gondomar, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa colectiva 501745068, com o capital social de 200.000,00€ representada por **AMÉRICO RAMOS ALVES VIANA**, portador do cartão de cidadão número 07200428 – 2ZZ3, emitido pela República Portuguesa e válido até 28 de maio de 2020, contribuinte número 114884765, o qual outorga na qualidade de presidente do conselho de administração com poderes para o acto conforme certidão permanente, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

**PRIMEIRA:** Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **14 de fevereiro de 2017**, e sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 229, II Série de 29 de novembro de 2016 e número 241, II Série de 19 de dezembro de 2016, foi adjudicado à firma **VIANAS, S.A**, o fornecimento de um " **VEÍCULO TÁTICO DE TRANSPORTE PESSOAL (VTP) PARA O QUARTEL DE BOMBEIROS MUNICIPAIS DE LOULÉ**", pelo valor global de 46.738,55€ (quarenta e seis mil setecentos e trinta e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos), conforme proposta do adjudicatário que se dá por inteiramente reproduzida, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.06.02**;-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8100

2

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **3586**, e o LCPA n.º **4805** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

**SEGUNDA:** O objecto do presente contrato consiste no fornecimento de um veículo tático de transporte pessoal (VTTP) para o Quartel de Bombeiros Municipais de Loulé, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do presente caderno de encargos e na proposta do fornecedor que se dá por inteiramente reproduzida; -----

**TERCEIRA:** O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade o bem objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no Caderno de Encargos. O bem objecto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens. O fornecedor é responsável perante a Edilidade por qualquer defeito ou discrepância do bem objecto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue;-----

**QUARTA:** As especificações técnicas do veículo tático de transporte de pessoal (VTTP) a fornecer encontram-se descrito na Parte II do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzido para todos os efeitos legais;-----

**QUINTA:** A entrega dos bens será efectuada nas instalações do Corpo de Bombeiros Municipais de Loulé, localizado na Rua Humberto Pacheco, 8100-735 Loulé, no prazo de 75 dias após assinatura do contrato. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega da viatura, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da viatura, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou eléctricos. O fornecedor obriga-se a fornecer com o equipamento Declaração de Conformidade CE. Todas as despesas e custos com o transporte do bem objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.-----

**SEXTA:** Efectuada a entrega do bem objecto do contrato, a Edilidade, procede, no prazo de 5 dias, à inspecção quantitativa e qualitativa do mesmo, com vista a verificar, respectivamente, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no caderno de encargos e na proposta do fornecedor,





CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

3

bem como outros requisitos exigidos por lei, de acordo com o previsto no artigo 6.º, 7.º e 8 do caderno de encargos. -----

**SÉTIMA:** O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade.-----

**OITAVA:** A quantia devida será paga no prazo de 60 dias após a receção da respectiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva;-----

**NONA:** Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação, de montante a fixar termos previstos do artigo 13.º da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos.--

**DÉCIMA:** Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. Não constituem força maior o ponto 3 do artigo 14 da parte I - clausulas gerais do caderno de encargos. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.-----

**DÉCIMA PRIMEIRA:** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos. -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8100

4

*[Handwritten signature]*

b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor.-----

O direito de resolução referido exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade.-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros. O direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Edilidade que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar. A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos. -----

**DÉCIMA SEGUNDA:** A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

**DÉCIMA TERCEIRA:** A garantia é de 2 anos contra defeitos de fabrico devidamente comprovados respeitando a clausula 9.º da Parte I – clausulas gerais do caderno de encargos;-----

**DÉCIMA QUARTA:** Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 14 de fevereiro de 2017, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos;-----

- Proposta do adjudicatário.-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8100

- Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

**O PRIMEIRO OUTORGANTE,**

**O SEGUNDO OUTORGANTE,**

**O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,**

